

## SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Regional de Sorocaba "ADIB Domingos Jatene" - Bata Branca

CNPJ nº 61.699.567/0078-71

### Nota de Administração

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais fazem parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório de Auditoria Independente, estabelecendo o encaminhamento das Demonstrações Contábeis Individuais da unidade gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Regional de Sorocaba "Dr. ADIB Domingos Jatene" - Bata Branca, as Atas de Reuniões do Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, as Atas de Reuniões do Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral dos Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30.04.2019. São Paulo, 28.02.2019.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor - Presidente da SPDM

### Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais

Ativo	2018	2017	Passivo	2017	2016
<b>Ativo Circulante</b>	<b>139.933.426,43</b>	-	<b>Passivo Circulante</b>	<b>139.933.426,43</b>	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	14.626.715,68	-	Fornecedores (Notas 3.8)	1.498.995,09	-
Bancos conta movimento (Nota 3.1)	16.621.014,40	-	Salários a pagar (Notas 3.9)	3.333.611,61	-
Aplicações Financeiras (Nota 3.2)	14.621.014,40	-	Salários a pagar (Notas 3.10)	2.491.339,60	-
Contas a Receber	122.551.068,11	-	Contribuições a receber (Notas 3.11)	577.255,49	-
Valores a Receber - (Nota 3.3.1)	119.993.634,48	-	Provisão de férias (Notas 3.12)	1.840.461,01	-
Estimativa de Rescisão Contratual (Nota 3.3.2)	2.557.433,63	-	Provisão de FGTS sobre férias (Notas 3.12)	147.127,42	-
<b>Outros Créditos</b>	<b>267.576,62</b>	-	Provisão de PIS sobre férias e 13º Salário (Notas 3.12)	18.571,76	-
Antecipação de férias (Nota 3.4.1)	15.046,91	-	Estimativa de Rescisão Contratual (Notas 3.3.2)	2.557.433,63	-
Outros créditos e adiantamentos (Nota 3.4.2)	19.656,40	-	Impostos a recolher (Notas 3.13)	422.720,06	-
Adiantamentos (Nota 3.4.3)	232.873,31	-	Obrigações Tributárias (Notas 3.14)	499.655,02	-
Estoque	2.488.066,02	-	Convênios Públicos a Realizar (Nota 3.15)	126.522.487,99	-
Estoque Materiais Medicamentos Nutrição (Nota 3.5)	2.488.066,02	-	Outras Contas a Pagar (Notas 3.16)	7.290,00	-
Ativo Não Circulante	360.781.433,90	-	Materiais de Terceiros em nosso poder (Notas 3.17)	16.477,75	-
Valores a receber - Saúde (Nota 3.6)	360.781.433,90	-	<b>Passivo não Circulante</b>	<b>360.781.433,90</b>	-
Total do Ativo	500.714.860,33	-	Convênios/Contratos Públicos a realizar (Nota 4.1.2)	360.781.433,90	-
			<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>-</b>	-
			Resultado do Exercício (Nota 4.2)	-	-
			Total do Passivo e Patrimônio Líquido	500.714.860,33	-

para registro das mutações patrimoniais. Conforme a resolução 1.305/10 (R1) que aprova a NBC TG 07 e conforme resolução 1.409/12 (R1) que aprova a ITG 2002 a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às exceções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas, **3.3.1 - Valores a Receber - Curto Prazo:** Os valores registrados nesta conta representam valores a receber de curto prazo, relativos ao Contrato de Gestão nº 001.0500.000039/2017, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, **3.3.2 - Estimativas de Rescisão Contratual:** A entidade passou a adotar em sua plenitude a resolução CFC 1.305/10 R1, reafirmado no Item 09 da resolução 1.409/12 R1. A unidade gerenciada constituiu provisão estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e SMS do Contrato 24.900/2011. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31/12/2018, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e Aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

Estimativas Rescisão Contratual	Saldo em 31/12/2018
Saldo Prév. Indenizado	1.926.522,04
Multa 50% FGTS	720.911,59
<b>Total</b>	<b>2.557.433,63</b>

**3.4 - Outros Créditos:** Representam valores e outras contas a receber, normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição **3.4.1 - Antecipações de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seus artigos Art. 145 - O pagamento de férias remuneradas com 50% de abono reterido. No Art. 143 - serão efetuados até 2 dias antes do início do respectivo período. **3.4.2 - Outros Créditos e Adiantamentos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.3 - Adiantamentos:** Representam valores a pagar de benefícios adquiridos no final do mês anteriores que compõem a folha de pagamento do mês posterior, são valores referentes a vale transporte, vale alimentação e refeição. **3.5 - Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2018 é de R\$ 2.488.066,02. A provisão para desvalorização dos estoques é constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência.

Posição dos Estoques	Valores em Reais em:	
Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Materiais utilizados no setor de Nutrição	215.501,44	-
Materiais utilizados no setor de Farmácia	851.730,79	-
Materiais de Almoço	2.400.696,64	-
Emp. Materiais de Terceiro	77,15	-
<b>Total</b>	<b>2.488.066,02</b>	-

**3.6 - Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta representam valores a receber de longo prazo, relativos ao Contrato de Gestão Nº 001.0500.000039/2017, proveniente da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, **3.7 - Imobilizado:** O IRRS não possui base de terceiros sobre a responsabilidade da SPDM, de modo que o patrimônio do Complexo Hospitalar é de responsabilidade da Concessionária Inova Saúde São Paulo SPE S/A, empresa licitante na modalidade de concessão administrativa do Complexo Hospitalar Regional de Sorocaba, com seu contrato na modalidade de Parceria Público-Privado com o Estado de São Paulo por meio do Contrato nº PPF 01/2014, **3.8 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento aos fornecedores é de aproximadamente 30 dias. **3.9 - Serviços de Terceiros:** Estes abrangem o pagamento de contrato de serviço de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, e assessoria técnica e jurídica. **3.10 - Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.11 - Contribuições a Receber:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS, PIS e Contribuições Sindicais. **3.12 - Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.13 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços pessoais próprios em regime CLT e ISS sobre os serviços prestados de pessoas físicas autônomas. **3.14 - Obrigações Tributárias:** Constituem as obrigações de IRRF, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSSL relativos aos valores relacionados aos serviços prestados por pessoas físicas e jurídicas, que sofreram as retenções devidas conforme as legislações pertinentes. **3.15 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar:** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 15.4 e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. **3.16 - Outras contas a pagar:** Os valores evidenciados nessa conta referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da instituição. **3.17 - Terceiros em nosso Poder:** Representam valores relativos a recebimento de materiais de terceiros em nosso poder. **4.1 - Contingências Ativas e Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências são os conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC Nº 1.160/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM Nº 594, de 15 de Setembro de 2009 que aprova o CPC 25 4.1.1 - Contingências Ativas: Em atendimento ao Princípio do Conservadorismo (Prudência) as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão final para a qual não caibam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à ins-

### Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	2018	2017
<b>Receitas Operacionais com Restrições</b>	<b>49.156.927,66</b>	-
Receita Bruta de Serviços Prestações	132.372,96	-
com Restrições - Afiliada Saúde	6.541.977,18	-
Secretaria de Saúde do Estado (Nota 5.1)	49.156.927,66	-
Outras Receitas (Nota 5.1)	132.372,96	-
Isenção usufruída (Nota 5.3.1)	6.541.977,18	-
Trabalhos Voluntários (Nota 5.3.2)	1.846,36	-
(e) Receita Líquida Líquida de Serviços	55.833.124,16	-
Prestados com Restrições - Afiliada Saúde	55.833.124,16	-
(a) Receita Líquida	55.833.124,16	-
com Restrições - Afiliada Saúde	55.833.124,16	-
(c) Custos dos Serviços Prestados com Restrições - Afiliada Saúde	46.196.256,52	-
(c) Serviços - Pessoal Próprio	18.233.404,24	-
(c) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	16.257.153,33	-
(c) Serviços - Terceiros Pessoa Física	265.810,00	-
(c) Manutenção e Conservação	2.589.422,18	-
(c) Mercadorias	4.582.839,81	-
(c) Isenção usufruída (Nota 5.3.1)	4.267.626,96	-
(e) Superávit/Déficit Bruto	9.636.867,64	-
(e) Restrições - Afiliada Saúde	9.636.867,64	-
(d) Despesas Operacionais com Restrições - Afiliada Saúde (Nota 5.2)	9.636.867,64	-
(c) Serviços - Pessoal Próprio	5.048.924,98	-
(c) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica	1.372.138,08	-
(c) Manutenção e Conservação	9.455,53	-
(c) Mercadorias	687.354,01	-
(c) Financeiras	96.487,09	-
(c) Isenção usufruída (Nota 5.3.1)	11.848,18	-
(c) Trabalhos Voluntários (Nota 5.3.2)	2.274.350,22	-
(c) Outras Despesas Operacionais	1.846,36	-
(c) Outras Despesas Operacionais	164.463,19	-
(e) Superávit do Exercício com Restrições (Nota 5.4)	-	-

### Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	2018	2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>14.626.715,68</b>	-
Resultados do exercício/período	-	-
Ajuste nas contas patrimoniais	-	-
<b>Variáveis nos ativos e passivos</b>	<b>14.626.715,68</b>	-
(Aumento) Redução em contas a receber	(122.551.068,11)	-
(Aumento) Redução outros créditos	(361.043.010,52)	-
(Aumento) Redução em estoques	(2.471.588,27)	-
(Aumento) (Redução) em fornecedores	4.768.945,28	-
(Aumento) (Redução) nas doações	-	-
(Aumento) (Redução) em contas a pagar e provisões	487.303.921,89	-
(Aumento) Redução liquidez geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	14.626.715,68	-
(Adição de Bens de Terceiros)	-	-
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos</b>	<b>14.626.715,68</b>	-
(Adição de Bens de Terceiros)	-	-
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos</b>	<b>14.626.715,68</b>	-
(Fluxos de caixa das atividades de financiamento)	-	-
Emprestimos e empréstimos	-	-
(Pagamentos de empréstimos/débitos)	-	-
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos</b>	<b>14.626.715,68</b>	-
(Aumento) (Redução) Caixa e Equivalentes de Caixa	14.626.715,68	-
No início do período	-	-
No final do período	14.626.715,68	-

### Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais	2018	2017
<b>Descrção</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>1 - Receitas</b>	<b>55.833.124,16</b>	-
1.1) Prestação de serviços	49.291.146,98	-
1.2) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exec. An	-	-
1.3) Isenção usufruída sobre contribuições	6.541.977,18	-
<b>2 - Insumos Adquiridos</b>	<b>25.964.139,55</b>	-
de Terceiros (Incluído ICMS e IPI)	25.964.139,55	-
2.1) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	4.582.839,81	-
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outro	21.150.565,98	-
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	-	-
2.4) Outros	230.733,76	-
<b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>	<b>29.868.984,61</b>	-
<b>4 - Retenções</b>	<b>29.868.984,61</b>	-
<b>5 - Valor Adicionado Líquido</b>	<b>29.868.984,61</b>	-
Produzido pela Entidade (3-4)	29.868.984,61	-
<b>6 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	<b>-</b>	-
6.1) Receitas financeiras	-	-
6.2) Isenção usufruída sobre contribuições	-	-
<b>7 - Valor Adicionado Total (5+6)</b>	<b>29.868.984,61</b>	-
<b>8 - Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>29.868.984,61</b>	-
8.1) Pessoal e encargos	23.284.175,58	-
8.2) Impostos, taxas e contribuições	11.848,18	-
8.3) Juros	216,52	-
8.4) Aluguéis	30.767,15	-
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	6.541.977,18	-
8.6) (Déficit) Superávit do Exercício	-	-

tituição. Em 2018, a unidade gerenciada não possui contingências ativas. **4.1.2 - Contingências Passivas:** No exercício de suas atividades em 2018, SPDM - Hospital Regional de Sorocaba "Dr. ADIB Domingos Jatene" - Bata Branca acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 313.600,00. **4.2 - Patrimônio Líquido:** O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12-R1 (Item 11) e CFC 1305/10-R1 (Item 12 e 15A), que enquanto não atenderem os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado líquido será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2017 e 2018, respectivamente. **4.3 - Apuração do resultado:** Conforme Resolução Nº 1.305/10-R1 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **5 - Origem e Aplicação dos resultados:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, que também são despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **5.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **5.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos séto- *continua...*

...continuação) res produzidos da instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM.

**5.3.1 - Isenções e contribuições sociais usufruídas:** Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulando a isenção da contribuição de IPTU, inscrita em 024 de 27/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07.12.2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 a 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e Isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 30.10.2017, a Entidade protocolou, temporariamente, junto ao Ministério da Saúde o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.485596/2017-21, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2018 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 6.541.977,18. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a área da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que o balanço das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea "d") e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea "C"). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referidas no Anexo 3 do Relatório Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF. **5.3.2 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntário, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos regimes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntários. Para o cálculo da remuneração, que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de 07 conselheiros e o tempo dedicado a atividade por cada um. Para o ano de 2017 tomou por base o valor médio dos honorários praticados em Agosto/2017 (R\$/hora) no Brasil: Pesquisa Perfil das Empresas de Consultoria no Brasil 2016 Conceição e Coordenação Luiz Alfonso Romano Análise Estatística Sérgio Santos Consultoria. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante de R\$ 1.000,00 por hora dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora

**Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM**

**Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Examinamos as Demonstrações Contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Regional de Sorocaba "ADIB Domingos Jatene" - Bata Branca que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31.12.2018, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31.12.2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado: Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31.12.2018, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Início das Atividades:** Em 11.12.2017 a SPDM firmou com a Secretaria de Estado da Saúde o contrato de Gestão Nº 001.0500.000039/2017, com prazo de 05 anos, e valor global estimado de R\$ 560.906.472,03. Tem por objeto a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde à população usuária do SUS - Sistema Único de Saúde. **Auditoria**

da categoria a que pertence o voluntário. Em 2018, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.946,54. **Resultado operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução Nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2018, a instituição reconheceu repasses de R\$ 53.694.859,14. Ramênto da Aplicação de R\$ 923.294,99 totalizando uma Receita de R\$ 54.618.154,13, esses recursos foram aplicados na atividade operacional, em atendimento da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 49.289.300,62. Desta forma, se houvesse aপুরação do resultado, a instituição encerraria o exercício com um resultado superavitário de R\$ 5.328.853,51. **6 - Das disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/2016 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27.11.2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no

**7 - Relatório de execução do contrato de gestão:** A unidade SPDM - Hospital Regional de Sorocaba "Dr. ADIB Domingos Jatene" - Bata Branca, apresenta o seguinte relatório de execução em 2018:

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2018						
Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total 2018	
	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado	Contratado	Realizado
<b>Internações</b>						
Saída Hospitalar - Total	135	171	3.774	3.212	3.909	3.383
Saída Hospitalar - (Exceto Cl. Cirúrgica)	60	28	970	1.043	1.030	1.071
Saída Hospitalar - Cl. Cirúrgica	75	143	2.804	2.169	2.879	2.312
<b>HD/Cir. Ambulatorial - Total</b>	<b>80</b>	<b>77</b>	<b>1.100</b>	<b>1.041</b>	<b>1.180</b>	<b>1.118</b>
<b>Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)</b>	<b>500</b>	<b>278</b>	<b>8.800</b>	<b>3.155</b>	<b>9.300</b>	<b>3.433</b>
Consulta de urgência	500	278	8.800	3.155	9.300	3.433
<b>Atendimento Ambulatorial - Total</b>	<b>6.100</b>	<b>1.516</b>	<b>38.500</b>	<b>26.615</b>	<b>44.600</b>	<b>28.131</b>
Consulta médica - Total	4.300	1.121	25.450	19.606	29.750	20.727
Prima consulta médica	1.450	471	7.600	6.440	9.050	6.911
Consulta médica Sub-Inten. - Total (exceto primeira consulta)	2.850	650	17.850	13.166	20.700	13.816
Atendimento não médico - Total	1.800	395	13.050	7.009	14.850	7.404
SADT Externo - Total	45	36	1.175	1.094	1.220	1.130

**8 - Ajuste a valor presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadraram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descrevemos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão ori-

**Dr. Carlos Alberto Garcia Alva - Diretor Técnico**

dos valores correspondentes ao exercício anterior: Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2017, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas. Desta forma, não existem valores para fins comparativos, visto ser o primeiro ano de atividade da Entidade. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração da entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, incluindo, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individual ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis,

somatório das interações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As interações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2018, a unidade apresentou os seguintes dados de produção:

Produção - 2018	
	SUS
Internações	1.071
Saída Hospitalar	3.383
Nº de paciente dia	14.732
Nº de Cirurgias	3.353
Consulta Médica	20.727
Consulta não médica	7.404
SADT - Total (SAI + SIH)	51.526

gem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **9 - Exercício Social:** Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Sorocaba, 31.12.2018.

**Rita de Cássia Borba Barão - Contadora - CRC SP 251567/O-3**

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos da auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representação falsa intencional. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo/SP, 29.03.2019. **Auditoria Independente - CRC/SP 058.252/0-3: Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS 058.252/0-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04; Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 15P 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619.**

**MEISTERCORP CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.**

CNPJ 08.776.950/0001-14

**Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em 31 Dezembro (Valores em R\$ mil)**

**Relatório da Administração: Senhores Acionistas:** Cumpriro disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2018, colocando-nos à disposição para os esclarecimentos que julgarem necessários. Itu, 31/12/2018.

Balanco Patrimonial			
	2018	2017	
<b>Ativo/Circulante</b>	<b>6.340</b>	<b>3.712</b>	<b>Passivo/Circulante</b>
Caixa ou Equivalente a Caixa (nota 2.3)	5.223	2.740	Fornecedores
Contas a Receber (nota 2.4)	88	86	Obrigações Sociais e Tributárias
Estoques (2.5)	846	846	Dividendos a Pagar
Outros Créditos	163	40	<b>Não Circulante</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>7.521</b>	<b>9.790</b>	Patrimônio Líquido
Créditos a Receber	2.378	4.647	Capital Social (nota 2.9)
<b>Permanente</b>	<b>5.143</b>	<b>5.143</b>	Reserva de Lucros
Imobilizado (nota 2.6)	5.143	5.143	<b>Total do Passivo</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>13.861</b>	<b>13.502</b>	

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

**1 - Contexto Operacional:** Meistercorp Construtora e Incorporadora S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Itu, Estado de São Paulo, tendo iniciado suas atividades em 31/01/2007, e tem como objeto social atividades preponderantes, a) a compra e venda de imóveis, b) o desmembramento de terrenos, c) a incorporação imobiliária, d) a construção de imóveis destinados à venda ou a locação, e) a locação e administração de imóveis próprios e de terceiros. **2 - Resumo das Principais Políticas Contábeis:** As Demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76, suas alterações e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), **2.1 - Base de Preparação:** As Demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e

Demonstração do Resultado					
Receita Bruta de Vendas e Serviços					
	2018	2017		2018	2017
Aluguel	801	790			
(-) Impostos Sobre Vendas e Serviços	(29)	(27)			
<b>Receita Líquida das Vendas e dos Serviços</b>	<b>772</b>	<b>763</b>			
Lucro Bruto	772	763			
Despesas(Receitas) Operacionais	(181)	(182)			
Despesas Tributárias	(158)	(154)			
Gerais Administrativas	(22)	(28)			
Despesas Comerciais	(1)	(1)			
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	591	581			
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>666</b>	<b>812</b>			
(-) Despesas Financeiras	-	(3)			
(+) Receitas Financeiras	666	815			
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	1.257	1.393			
(-) Imposto de Renda e C.S.L.L.	(219)	(229)			
<b>Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício</b>	<b>1.042</b>	<b>1.064</b>			
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	4.148	4.148			
<b>Ajustado Líquido por Ação</b>	<b>0,25</b>	<b>0,25</b>			

ajustadas para refletir o "custo atribuído" de terrenos, edificações na data de transição para CPCs, e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício. **2.2 - Conversão Moeda estrangeira:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação, e todos os valores aproximados para milhares de reais. **2.5 - Caixa e Equivalentes de Caixa:** Incluem dinheiro em Caixa, Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras,

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
	2018	2017	
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>1.257</b>	<b>1.393</b>	
Lucro Antes do IRPJ/CSSL			
<b>Variações nos Ativos e Passivo</b>			
Duplicatas a Receber	(2)	(9)	
Impostos a Recuperar	(146)	-	
Outros Ativos	2.273	2.850	
Fornecedores	(5)	2	
Salários e Encargos Sociais	8	22	
Outros Passivos	-	(5)	
<b>Caixa Proveniente das Operações</b>	<b>3.365</b>	<b>1.547</b>	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(212)	(339)	
<b>Caixa Líquido Proveniente Atividades Operacionais</b>	<b>(212)</b>	<b>(339)</b>	
<b>Fluxos de Caixa de Atividades de Investimentos</b>			
Dividendos pagos	(689)	(680)	
<b>Caixa Líquido de Atividades de Financiamentos</b>	<b>(689)</b>	<b>(680)</b>	
<b>Aumento (redução) Líquido de Caixa</b>	<b>2.484</b>	<b>2.566</b>	
<b>Equivalentes de Caixa</b>	<b>2.484</b>	<b>2.566</b>	
<b>Caixa Equivalentes de Caixa no Início do Exercício</b>	<b>4.240</b>	<b>5.306</b>	
<b>Caixa Equivalentes de Caixa no Final do Exercício</b>	<b>5.223</b>	<b>7.740</b>	

**2.4 - Contas a Receber:** Contas a Receber registrado pelos valores de ratamento. **2.5 - Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio crítico previstos na legislação fiscal. **2.6 - Ativo Permanente:** O Ativo Permanente foram registrados pelo custo de aquisição - Imobilizado 2018 R\$ 5.143 (R\$ mil). **2.7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa:** As Demonstrações do Fluxo de Caixa foram elaboradas pelo método indireto. **2.8 - Obrigações Sujetas à Indexação:** As obrigações sujeitas a indexação estão atualizadas através dos encargos financeiros correspondentes incorridos até a data dos balanços aqui referidos. **2.9 - Capital Social:** O Capital Social subscrito e integralizado em 31/12/2018 é de R\$ 4.148. (Quatro milhões cento e quarenta e oito mil), (R\$ mil), e está representado por 4.148 (Quatro milhões cento e quarenta e oito mil) ações ordinárias no valor unitário de R\$ 1,00 (um real) cada.

**Diretoria**

Helmut Josef Friedrich - Diretor Presidente  
 Peter Friedrich - Diretor Superintendente  
 Josef Friedrich - Diretor Adjunto da Presidência  
 Robert Friedrich - Diretor Administrativo Financeiro  
 Peter Willi Friedrich - Diretor Adjunto Geral  
 Leocir da Costa Veloso - Diretor Operacional  
 Daniela Tavernaro de Camargo - Contadora - CRC SP 326006/O-0